

Confronto transnacional

Em 27/02/1997, Louis Schweitzer, presidente da empresa automotiva francesa Renault que estava em dificuldades, anunciou o fechamento iminente da fábrica da companhia em Vilvoorde, na Bélgica (*Le Soir*, 28/02/1997)²⁶.

A primeira reação indignada diante do anúncio da Renault foi do Primeiro-ministro belga Jean-Luc Dehaene e deu origem a acusações, na imprensa flamenga, de "chauvinismo" francês (*Le Monde*, 05/03/1997). A fúria dos belgas aumentou quando ficou claro que o governo francês tinha sido notificado sobre o plano da Renault pelo menos seis semanas antes do seu anúncio e que a empresa esperava usar os fundos estruturais da União Europeia (EU) para expandir sua fábrica em Valladolid, na Espanha, assim que fechasse a de Vilvoorde (*Le Monde*, 06-08/03/1997). O parlamento europeu expressou sua repulsa ao que alguns de seus membros chamaram de reestruturação anglo-saxônica; até o normalmente inexpressivo presidente da comissão, Jacques Santer, considerou a decisão "um sério golpe na confiança europeia", incitando os trabalhadores da automotiva belga a processar a companhia por violar a lei trabalhista europeia (*International Herald Tribune*, 10/03/1997). Os sindicatos levaram prontamente a empresa aos tribunais, tanto na Bélgica como, por precaução, na França.

Mas se os belgas e os funcionários da União Europeia ficaram irritados pela atitude da Renault, isso não foi nada comparado às reações dos trabalhadores de Vilvoorde. Quase imediatamente depois do fechamento eles ocuparam a fábrica, "sequestraram" um grande número de carros prontos para expedição, e começaram uma série de protestos públicos que tornariam Vilvoorde sinônimo de um novo termo no léxico político europeu – a "Eurostrikke" (Eurogreve)²⁷. Essas ações cruzaram rapidamente a fronteira, levando um "comando" de Vilvoorde para a França

e trabalhadores da Renault francesa para a Bélgica para fazer demonstrações junto com seus colegas belgas²⁸. Quando os sindicatos belgas organizaram uma demonstração de massa em Bruxelas, a eles se uniram líderes da esquerda francesa e uma grande delegação de trabalhadores da Renault francesa. Quando Schweitzer teve sua imagem enforcada e queimada e os manifestantes carregaram uma gigantesca figura de vime que fazia saudações nazistas, o líder do Sindicato Democrata-Cristão belga, William Peirens, disse à multidão: "Isto é um sinal de fúria e de indignação; um sinal de solidariedade contra a brutalidade" (*Reuters*, 17/03/1997).

A pressão conjunta dos políticos belgas, da União Europeia e dos manifestantes franceses e belgas sobre o governo francês foi demais para o Primeiro-ministro Juppé; em 20 de março ele apareceu na televisão para anunciar que seriam desmobilizados 800.000 francos por trabalhador para as medidas de reconversão e para acompanhar o fechamento da fábrica (*Le Monde*, 26/03/1997)²⁹. Em julho, com um novo governo socialista na França e os tribunais franceses e belgas decidindo em seu favor, os trabalhadores concordaram com o pacote de compensação que a Renault estava oferecendo (*Le Monde*, 06-07/04/1997). Mas não havia alegria em Vilvoorde. No dia em que os trabalhadores votaram para aceitar o fechamento da fábrica, um cartaz afirmava: "Na América, eles têm Clinton, Johnny Cash e Stevie Wonder; na Bélgica temos Dehaene, mas nenhum cash [dinheiro em caixa] e nenhum wonder [maravilha] (*L'Humanité*, 22/06/1997).

Movimentos como a "Eurostrikke" levantam questões importantes para os estudiosos dos movimentos sociais. Ao lado dos artefatos teóricos conhecidos da teoria do movimento social haviam três aspectos novos: primeiro, o conflito incitou os cidadãos comuns de um país contra uma empresa localizada em outro; segundo, houve cooperação através de fronteiras entre atores sociais nacionais com um interesse comum; e, terceiro, uma instituição supranacional e leis europeias foram usadas para levar adiante suas reivindicações.

Mas foi este episódio um movimento social transnacional? Ou mesmo o começo de um? Os trabalhadores belgas fizeram causa comum com seus congêneres na França, usando leis e instituições internacionais para fazê-lo. Mas foi o seu protesto – segundo a definição empregada neste estudo – um *desafio coletivo, baseado em*

26. Para uma análise mais detalhada sobre a greve, ver "From Strike to Eurostrikke: The Europeanization of Social Movements and the Development of a EuroPolity", de Imig e Tarrow.

27. Resta investigar quem cunhou exatamente o termo "Eurostrikke". O que sabemos até agora é que ele apareceu pela primeira vez no jornal francês *Le Monde*, em 10/03/1997, p. 24 ("L'Eurogreve a mobilisé les salariés de Renault contre la fermeture du site de Vilvoorde"). O termo não aparece nas mensagens da Reuters, mas em 11/03/1997 esta agência citou um porta-voz sindical francês que chamou a demonstração daquele dia de uma "demonstração pan-europeia".

28. Quando Schweitzer anunciou que iria se reunir com o Renault Works Council na sede da firma em Paris, um comboio de ônibus transportou para esta cidade três mil trabalhadores, com suas jaquetas sindicais vermelho e verde, onde clamaram por greves de solidariedade (*Reuters*, 11/03/1997). • *Le Monde*, 13/03/1997). Em 13 de março, os trabalhadores belgas deram seguimento com um "comando" agindo de surpresa além da fronteira na fábrica da Renault em Douai.

29. Esses números acabavam por combinar "medidas sociais" e perda de valor por causa do abandono do investimento da Renault na fábrica, mas a tática de Juppé foi suficiente para desarmar os sindicalistas.

objetivos comuns e solidariedades sociais, numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridades? Ou foi mais um breve episódio de troca política entre trabalhadores franceses e belgas e funcionários belgas e da União Europeia, aborrecidos com a tática “americana” utilizada pela empresa francesa? (PIZZORNO, 1978). Foi um estágio numa espiral crescente de confronto transnacional ou simplesmente um incidente do conflito normal entre capital e trabalho que por acaso cruzou as linhas nacionais?

A partir desses episódios, o que podemos aprender sobre o crescimento de movimentos transnacionais em lugares que não são – como a Europa Ocidental – regulados por uma rede de instituições supranacionais? E podemos aplicar o que aprendemos neste estudo às formas transnacionais de confronto que não sejam exatamente movimentos sociais? (KECK & SIKKINK, 1998b). Os “analistas ocidentais”, escreve John McCarthy, “empregam cada vez mais um conjunto comum de instrumentos conceituais para entender o surgimento e as trajetórias dos movimentos sociais”; podemos usar esses conceitos para entender desafiantes em outras partes do mundo que “buscam influenciar autoridades transnacionais e também as nacionais e subnacionais”? (1997: 243). São essas as questões deste capítulo.

Globalização e movimentos sociais transnacionais

Em Quebec do Norte, na América do Sul e na Índia rural, campanhas para interromper a construção de represas foram organizadas por coalizões de grupos nativos e organizações não governamentais do exterior; na fronteira entre o México e os Estados Unidos os grupos ambientalistas e pelos direitos dos trabalhadores, tanto mexicanos como americanos, cooperaram na construção do North American Free Trade Agreement (Nafta); na Europa Oriental anterior a 1989, os acordos de Helsinque forneceram uma estrutura internacional na qual se organizaram grupos dissidentes; no alto-mar, o Greenpeace e outros grupos ecológicos se opõem a empresas e governos que poluem o meio ambiente. Por mais discrepantes que sejam, tais episódios trazem uma dimensão transnacional ao confronto político.

Os estudiosos foram rápidos em analisar esses acontecimentos, fazendo frequentemente generalizações baseadas em poucos episódios espetaculares, mas talvez não representativos. Alguns concluem que a ação coletiva transnacional propõe um desafio à soberania do Estado nacional (CERNY, 1995), outros falam apenas de “estados em desaparecimento” (RUDOLF, 1997: 2); alguns se perguntam se tais movimentos são etapas na criação de uma sociedade civil global (WAPNER, 1995; 1996), enquanto outros escrevem sobre “uma pluralidade de espaços transnacionais” (RUDOLF, 1997: 2); alguns veem a globalização “desfrangendo sociedades” (CASTELLS, 1997), enquanto outros já falam de uma “sociedade mundial” (MEYER; BOLL; THOMAS & RAMIREZ, 1996). Como um deles confiantemente afirmou,

Os movimentos estão mudando, deslocando-se de organizações nacionais bastante coerentes para redes transnacionais, com pontos de

conexão altamente fragmentados e especializados compostos de organizações e de mobilizações menos organizadas, todos ligados através de novas tecnologias de comunicação (GARNER, 1994: 431).

A política transnacional é de grande importância na virada do novo século (RISSE, 1995). Neste capítulo, no entanto, nosso problema não é reconhecê-la ou celebrá-la, mas separar, entre as conexões além das fronteiras, as que são de curto prazo e efêmeras daquelas duradouras e profundas, e avaliar as oportunidades e restrições na formação dos movimentos sociais transnacionais. Apenas então podemos começar a entender suas implicações para o futuro do confronto político.

Três hipóteses acompanham a tese geral sobre o confronto transnacional. A primeira é que, concomitantemente ao seu sistema de comunicações, a economia mundial está rapidamente se globalizando; o segundo, que essas mudanças abrem possibilidades accentuadas para a ação coletiva transnacional; e a terceira é que – tida por instituições internacionais e movimentos sociais transnacionais – está se desenvolvendo alguma coisa que parece uma sociedade civil transnacional. Vamos rever esses temas antes de voltar aos processos do confronto transnacional que podem ser observados atualmente.

As fontes da globalização

Na versão mais popular da teoria dos movimentos sociais transnacionais, em algum momento, por volta do fim da II Guerra Mundial, começou a se desenvolver uma economia global, acompanhada da liberalização do comércio internacional e do surgimento de uma nova hegemonia política. O seu aspecto mais básico, escreve Kevin Robins, foi uma mudança em direção a um mundo “em que todos os aspectos da economia – matérias-primas, informações sobre trabalho e transporte, finanças, distribuição e marketing – foram integrados ou se tornaram interdependentes em escala mundial” (1995: 345).

A evocação de Robins de uma economia global é mais forte na declaração do que na demonstração, tal como as de muitos estudiosos da globalização. Quando Robert Wade realizou uma cuidadosa análise estatística dos investimentos, comércio e finanças internacionais no passado e no presente ele concluiu que “a economia do mundo é mais internacional do que global”:

Nas maiores economias nacionais, mais de 80% da produção é para consumo doméstico e mais do que 80% do investimento é feito por investidores domésticos. As companhias estão radicadas em suas bases no seu país de origem e têm regimes reguladores nacionais (1996: 61).

Robins topou com um fator verdadeiramente novo na economia mundial atual em que – diferentemente dos períodos passados em que houve um aumento das trocas internacionais – as mudanças econômicas ocorrem “de forma quase instantânea” (1995: 345). Isso nos leva ao segundo elemento da tese da globalização: o surgimento de estruturas públicas de comunicação que aproximam ainda mais

o centro e a periferia do sistema mundial. Este crescimento é acelerado por tecnologias de comunicação descentralizadas e privadas que dão aos indivíduos e grupos meios de comunicação independentes como fax, correio eletrônico e filmadoras (GAMLEY, 1992).

A expansão dos mercados mundiais e das comunicações globais aproxima os cidadãos do norte e do oeste dos cidadãos do leste e do sul, tornando os primários mais cosmopolitas e os últimos mais conscientes de sua desigualdade em relação a eles. A expressão mais espetacular desta integração cognitiva e física é a migração do leste e sul para o oeste e norte, com a consequência de que as cidades globais se transformaram em microcosmos "onde se pode observar o crescente dualismo entre o mundo dos ricos e o dos pobres, e o choque entre culturas globais" (CASTELL, 1994; ROBINS, 1995: 345). Mas isso também possibilitou que os ambientalistas e os defensores dos direitos humanos e dos direitos das mulheres se movessem na direção oposta ao falar a mesma linguagem e trabalhar pelos mesmos objetivos que seus congêneres do Terceiro Mundo. Apoiando esta tendência, Jackie Smith assinala que há um lento aumento na proporção de organizações transnacionais que têm seus escritórios fora das democracias industriais (SMITH, 1997: 49).

Estas mudanças estruturais são acompanhadas por mudanças culturais: vivemos num universo culturalmente mais unificado, onde os jovens se vestem de modo similar, ouvem a mesma música e frequentam sistemas escolares construídos segundo os mesmos modelos (MEYER et al., 1992). Um dos resultados pode ser o de "destruir o isolamento cultural onde crescem as incompreensões; mas um outro pode ser o de intensificar a percepção sobre as diferenças, "aumentando os antagonismos sociais e promovendo a fragmentação social" (O'NEIL, 1993: 68). Um terceiro é o de criar cadeias de percepção de impacto econômico e social entre diferentes partes do globo e um quarto é a descoberta mútua de problemas similares por parte de grupos nativos em áreas anteriormente isoladas (BRYSK, 1994; YASHAR, 1996). Grupos tão diversos como os índios andinos e os lapões da Europa do Norte estão agora em contato, ultrapassando as fronteiras nacionais.

As instituições acompanham, de forma concomitante, os crescentes fluxos econômicos e de comunicação. Desde a II Guerra Mundial, uma densa rede de instituições internacionais, de regimes e de contatos intergovernamentais e transnacionais entrelaçou diferentes partes do mundo (MEYER et al., 1997). Considere o regime dos direitos humanos internacionais com Thomas Risse e Kathryn Silkink: Desde a II Guerra Mundial os direitos humanos foram cada vez mais regulados e especificados por regimes internacionais. A evolução dos regimes de direitos humanos está concentrada no sistema das Nações Unidas que é complementado por arranjos regionais (1997).

Paralelo a este regime formal há um "clube liberal" informal de nações que se identificam e são identificadas como uma categoria de estados dos quais os outros são excluídos (p. 4). Essas instituições internacionais, regimes e "clubes" são o ar-

cabouço em torno do qual cresceram as relações internacionais. Isso nos leva à segunda parte desta tese – a ação coletiva transnacional.

A ação coletiva transnacional

Em seu sumário da crescente literatura sobre a globalização, Robins afirmou apenas que ela corrói as fronteiras das economias nacionais; mas outros consideram que ela desgasta o poder do Estado nacional. Na era da globalização, a tese continua, não são apenas as imagens dos confrontos políticos que são transmitidas rapidamente de país para país, gerando difusão e imitação; são as pessoas e suas reivindicações e conflitos. Passagens aéreas baratas e fronteiras nacionais porosas possibilitaram que os missionários dos movimentos e seus aliados locais difundissem movimentos tão diversos como o fundamentalismo muçulmano e o nacionalismo sérvio em todo o mundo (KANE, 1997). Usando fax, correio eletrônico, coletas de "contribuições caridosas" de simpatizantes bem-intencionados, transportando com facilidade fundos, armas e terroristas pelas fronteiras, "os nacionalistas da diáspora" levam suas causas adiante em seus próprios países, sem sair de seus confortáveis paraísos ocidentais (ANDERSON, 1992).

As organizações internacionais proliferaram no século XX e especialmente depois da II Guerra Mundial em parte como resposta às tendências econômicas globais. Muitas, como o Banco Mundial, tornaram-se alvos de protestos sociais (KOWALESKI, 1989; WALTON, 1989), enquanto outras, como as Nações Unidas e a União Europeia, encorajam deliberadamente grupos não-governamentais transnacionais através de subsídios, reuniões e oportunidades de trocas de ideias. O European Union's Directorate for the Environment Nuclear Safety and Civil Protection subsidia o European Environmental Bureau, uma organização guarda-chuva que representa quase todas as associações ambientais relevantes nos países da UE (RUCHT, 1997: 202-207).

Onde as organizações internacionais podem tomar decisões que são vinculantes – ou mesmo semivinculantes – a estados-membro, elas oferecem aos desafiados domésticos oportunidades institucionais para transcender suas arenas nacionais para consultas, ação coletiva e contestação num nível internacional (KECK, 1995). Alguns desses esforços são bilaterais e verticais: isto é, entre um grupo doméstico particular e uma organização internacional específica. Mas, como já vimos no cap. 6, os desafiados criam oportunidades para outros desafiados; nas últimas décadas, muitas organizações não-governamentais transnacionais (TNGOs) se agruparam em torno de cada uma das principais instituições internacionais (SMITH, 1994; 1997). Tal como o Estado nacional nos séculos XVIII e XIX, as organizações internacionais produzem oportunidades de ação coletiva para muitos atores sociais. Isso nos conduz ao que eu chamo de "tese forte" sobre os movimentos sociais transnacionais.

A tese forte sobre os movimentos transnacionais

A tese forte sobre os movimentos sociais transnacionais, compilada em algumas fontes, se desenvolve a partir dessas observações. Seus proponentes fazem as cinco afirmações que se seguem.

Primeiro, na era da televisão global, do zumbido das máquinas de fax e do correio eletrônico, as estruturas nacionais de oportunidades políticas que costumavam ser necessárias para se organizar uma ação coletiva podem estar cedendo o seu lugar para as estruturas transnacionais (PAGNUCCO & ATWOOD, 1994: 411).

Segundo, o Estado nacional pode estar perdendo sua capacidade de reprimir e estruturar a ação coletiva. Em parte, isso se deve ao declínio da capacidade dos governos de esconder de seus próprios cidadãos o que se passa em outros países. Mas, em parte, se deve a que a integração da economia internacional enfraquece a capacidade do Estado de lidar com as tendências econômicas globais (BADIE, 1997; TILLY, 1991: 1).

Terceiro, à medida que declina a capacidade do Estado controlar as forças econômicas globais, os indivíduos e grupos têm acesso a novos tipos de recursos para organizar a ação coletiva além das fronteiras (ROSENEAU, 1990), como vimos no caso de Vilvoorde. Estes não são diferentes em espécie daqueles analisados pelos teóricos da mobilização de recursos na política doméstica (KECK & SIKKINK, 1998b; MCCARTHY, 1997), mas incluem viagens ao exterior, comunicação com pessoas que pensam da mesma forma além das fronteiras nacionais e uma crescente habilidade em utilizar as comunicações transnacionais e as instituições internacionais.

Quarto, à medida que a economia se globaliza, as culturas se universalizam e as instituições proliferam, "ideias baseadas em princípios" são crescentemente adotadas como normas internacionais (FINEMORE, 1996) e depois socializadas no conhecimento doméstico (PRICE, 1997; RISSE & SIKKINK, 1997).

Finalmente, desenvolvendo-se a partir da economia global e da concomitante revolução das comunicações, entrelaçada às instituições e organizações internacionais, valendo-se das desigualdades e dos abusos gerados pela globalização econômica e fortalecida por normas internacionais, está se formando uma rede de novas organizações e movimentos transnacionais.

Embora o compêndio de Jackie Smith utilize parâmetros mais amplos que os nossos para identificar os movimentos sociais transnacionais (*Transnational Social Movements* – TSMOs), ele ilustra o enorme crescimento dessas organizações³⁰.

30. A análise de Smith foi feita a partir do *Yearbook of International Organizations*, que usa "registros da UN sobre as Organizações Não-Governamentais, autorrelatos, indicações e a mídia para identificar as organizações". Em seu texto "Characteristics of the Modern-Transnational Movement Sector" In: *Transnational Social Movements and World Politics* (1997: 45-46), de Smith, Chatfield e Pagnucco (orgs.), ela codificou "cada organização não-governamental cujos objetivos principais incluíssem alguma forma de mudança social (definida em termos latos)".

Smith descobriu que "o setor dos movimentos sociais transnacionais é bastante grande e diverso, e cresceu dramaticamente nos últimos anos – de um pouco mais de trezentos em 1983 para cerca de 600 em 1993" (1997: 47). Ela escreve, "65% de todos os TSMOs ativos em 1983 foram formados depois de 1970 e a idade média de seus membros caiu, nas últimas duas décadas, de 33 para 25 anos" (p. 46). A medida que o mundo entra no século XXI, há um crescente potencial para o confronto político que ultrapassa as fronteiras dos estados nacionais. Mas quão novo é este fenômeno? E quão contencioso é provável que seja?

O que a história ensina

Antes de propor uma tese que não é exatamente tão forte quanto a que foi anteriormente esboçada – mas que parece se adequar melhor a muitas das tendências emergentes no mundo de hoje – é importante fornecer um pano de fundo histórico para a afirmação de que são as novas tecnologias e as novas formas de comunicação que estão criando um mundo de movimentos transnacionais. No decorrer deste estudo – e muito antes do advento do avião, da máquina de fax e da mídia eletrônica – encontramos a difusão de alguns movimentos que ultrapassavam as fronteiras nacionais.

Como nos lembra Susanne Rudolf, por exemplo, a fluidez da religião através das fronteiras políticas é muito antiga, do Ocidente para o Oriente e vice-versa (1997: 2). O exemplo mais dramático foi talvez o da transferência do catolicismo organizado para a América Latina através das espadas do colonialismo espanhol e português. No século XVIII, havia uma conexão próxima entre a Revolução Americana, o Movimento Dutch Patriot e a Revolução Francesa (MARKOFF, 1996). Logo depois, desenvolveu-se uma relação entre os antiescravistas na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. A primeira revolta de escravos moderna – a do Haiti – foi uma resposta direta à Revolução Francesa (DRESCHER, 1987, cap. 2).

No século XIX, como vimos no caso das revoluções de 1848, cada uma das grandes revoluções – e muitas das menores – reverberavam em outros países. Por volta dos anos 1880 os laços frouxos que ligavam o movimento da classe trabalhadora por toda a Europa se cristalizaram na Segunda Internacional, cujos partidos construíram organizações similares que pelo menos diziam estar trabalhando pelo mesmo objetivo internacional. As ondas de greves europeias e os ciclos de protesto também foram repostas às amplas tendências internacionais (MIKKELSEN, 1996). Os antiescravistas transnacionais, o nacionalismo e a emancipação das mulheres foram capazes de ganhar adeptos e de conseguir um progresso modesto contra os governos tradicionais ou coloniais (HANAGAN, 1998; KECK & SIKKINK, 1998a, cap. 2).

A história também ensina que o confronto transnacional assume muitas formas – nem todas fáceis de catalogar como movimentos sociais. Embora muitas das campanhas do século XIX, estudadas por Margaret Keck e Kathryn Sikkink, fossem baseadas em crenças religiosas, algumas, como a campanha contra a circuncisão feminina no Quênia, envolveram apenas missionários (KECK & SIKKINK, 1998a: 66-72); outras, como a campanha contra o enfaxamento dos pés das chinesas, envolveram missionários e nacionalistas leigos (p. 60-66); ainda outras, como a antiescravidão, “construíram laços que se baseavam principalmente nas organizações religiosas. Entre os casos de Keck e Sikkink, apenas o do voto feminino envolveu dedicadas organizações de movimentos internacionais (p. 51-58).

Além disso, embora o impulso inicial de muitos movimentos viesse por difusão através das fronteiras nacionais, eles sempre dependeram do poder hegemônico dos estados – como os ingleses, que usaram sua poderosa marinha para impedir o tráfico de escravos – estabelecendo-se de modo diverso em países diferentes. Onde foram bem-sucedidos, produziram movimentos nacionais, partidos e sindicatos cada vez mais diferenciados. Como Keck e Sikkink observam, “As campanhas de ativismo ocorrem em contextos organizacionais; suas ideias precisam não apenas ter ressonância e criar aliados, suas organizações precisam também superar a oposição” (1998a: 74).

Considerem as diferenças que se desenvolveram no interior dos partidos nacionais da Segunda Internacional: sob o guarda-chuva comum do internacionalismo, cada um estava inserido em culturas nacionais diferentes – culturas que se tornaram forças ativas em favor da divisão quando, em 1914, quase todos os partidos socialistas na Europa apoiavam a “guerra capitalista” de seus governos nacionais. Como John McCarthy salienta, “as estruturas nacionais de oportunidades políticas afetam a probabilidade variável de ativismo transnacional” (1997: 256).

A história também sugere certo ceticismo em relação à suposição de que as normas internacionais podem ser incorporadas às normas nacionais sem mecanismos concretos para realizar essas transformações. Nas formulações mais abstratas, a sociedade civil “gera” normas internacionais que de alguma forma conformam e redefinem os interesses do Estado (PRICE, 1997). Embora as novas definições de interesses e de identidade estejam sendo constantemente propostas por atores concretos, a história fornece algumas poucas que são transformadas em normas internacionais e ainda assim só algumas destas são incorporadas com sucesso em sociedades domésticas sem qualquer intervenção. Tomem como exemplo a expansão do antiescravidão por todo o mundo; ele tinha tanto a ver com a marinha britânica protegendo as economias das ex-colônias escravistas inglesas quanto com a “norma” dos direitos humanos (MARKOFF, 1996, cap 2). Como Margaret Keck afirma, há “limites para a construção social” (1995: 420-421).

Em resumo, a história não ensina apenas que o confronto transnacional não é algo de novo sob o sol; ela mostra que ele assume formas variadas e se integra de modo diferente no interior de sociedades domésticas, exigindo conjunturas específicas de incentivos e de oportunidades para ser preparado e transmitir novas normas e identidades. Antes de concluir que o mundo está se tornando rapidamente uma sociedade civil global, deveríamos examinar essas formas e níveis de integração e perguntar para onde estão levando e quais delas têm mais probabilidades de produzir novas normas e identidades.

Uma tipologia de confrontos transnacionais

Duas observações empíricas extraídas desses breves exemplos históricos podem ajudar a decifrar os diferentes aspectos da política transnacional no mundo de hoje. Primeiro, muitos dos fenômenos que devem ter parecido estruturalmente transnacionais em sua época passaram a ser parte de processos que terminaram quando mudaram as condições políticas. Segundo, muitos dos exemplos de confronto transnacional não tinham bases sólidas em redes sociais domésticas. Convertidas em dimensões analíticas e entrecruzadas, essas duas observações nos ajudam a diferenciar e descrever o grande espectro de confrontos transnacionais que vemos atualmente no mundo. Esta interseção está representada graficamente na tipologia na figura 11.1. A seguir definirei cada uma dessas formas, darei alguns exemplos da literatura sobre movimentos sociais e políticas transnacionais e depois farei uma breve reflexão sobre suas principais propriedades e dinâmicas.

Movimentos sociais transnacionais

Considero os movimentos sociais transnacionais como *interações contenciosas sustentadas com opositores – nacionais ou não-nacionais – através de redes de desafiadas organizadas e que ultrapassam fronteiras nacionais*. Os alvos dos movimentos transnacionais podem mudar com o tempo; podem ser internacionais ou nacionais, privados ou públicos. O que é importante na nossa definição é que os próprios desafiados estejam inseridos em redes sociais domésticas e conectados entre si, de forma a ultrapassar o episódico, seja através de maneiras comuns de ver o mundo ou através de laços informais ou organizacionais, e que seus desafios sejam tão contenciosos na ação quanto na palavra. Esta definição é estrita o bastante para excluir alguns tipos de interações transnacionais, mas ampla o suficiente para incluir aqueles que – nos termos da tipologia na figura 11.1 – combinam a duração no tempo e a integração no interior das estruturas domésticas de mais de uma sociedade.

Figura 11.1 – Uma tipologia da ação coletiva transnacional



Nossa definição é restritiva, mas não tanto a ponto de tornar impossível encontrar os fenômenos do mundo real a que corresponde. Por exemplo, o Greenpeace é uma organização de movimentos transnacionais com as prioridades que propusemos na definição acima. Ele afirma ter milhões de membros em vários países, está conectado de forma hierárquica a uma organização transnacional, seus membros partilham de uma visão de mundo comum e ele se engaja em ações de confronto tanto com governos como com empresas privadas que poluem ou ameaçam poluir o meio ambiente (WAPNER, 1995; 1996). O Greenpeace desenvolveu também um repertório de ação que lhe possibilita opor-se a projetos e opositores fora das fronteiras nacionais – por exemplo, sua oposição ao teste nuclear francês no Pacífico ou contra o plano da Shell Oil de afundar uma plataforma de petróleo no Mar do Norte, ou contra a matança de cardumes com redes de arrasto feita pelas trainceiras francesas e inglesas (IMIG & TARROW, 1996).

Os movimentos pela paz europeus e americanos dos anos 1980 foi um segundo movimento transnacional, ainda que lhes faltasse uma única organização hierárquica (ROCHON, 1988). O fundamentalismo islâmico é um terceiro, apresentando formas diferentes em partes do mundo também diferentes: o Talibã afegão, o nacionalismo iraniano e a Algerian Islamic Salvation Front (EICKELMAN, 1997; KANE, 1997). O primeiro movimento, o Greenpeace, foi capaz de mobilizar centenas de milhares de manifestantes contra os mísseis nucleares nos anos 1980, enquanto que o último, o fundamentalismo islâmico, tem desafiado ou minado seriamente numerosos governos desde a Revolução Iraniana em 1979³¹.

31. Ao passo que existem alguns bons estudos sobre o movimento ocidental pela paz (cf. KLEIDMAN, 1993; MEYER, 1990; ROCHON, 1998; MEYER & ROCHON 1997), há menos trabalhos sobre a religião vista como um movimento transnacional. Mas veja-se a admirável reunião de trabalhos organizada por Susanne Rudolf e James Piscatori: *Transnational Religion and Fading States* e, especialmente, as contribuições de Eickelman, Kane, Levine e Stoll.

É difícil preencher as condições necessárias para produzir um movimento social sustentado que seja, a um só tempo, integrado em diversas sociedades, unificado em relação a seus objetivos e organização e capaz de organizar o confronto contra uma grande quantidade de alvos. O Greenpeace surgiu de um agregado de movimentos domésticos que tinham motivações semelhantes e uns poucos alvos muito visíveis e cujas atividades ultrapassavam as fronteiras nacionais. O movimento pela paz dos anos 1980 foi uma reação a uma questão internacional que combinou ameaça e oportunidade – as políticas de um presidente americano que pareciam ameaçar o planeta com o crescimento gradual dos tentáculos de sua administração. O fundamentalismo islâmico cresceu no interior das instituições transnacionais mais antigas do mundo, com escolas religiosas autônomas, mesquitas e seitas por todo o mundo onde pudesse se inserir. Essas condições não são reproduzidas sempre que ocorre uma interação transnacional entre atores não-governamentais e, como observava Margaret Keck, “apesar de tudo, o tempo de atenção internacional é curto” (1995: 421). Muito mais comuns são as condições que possibilitam a rápida difusão do confronto doméstico além das fronteiras nacionais.

Difusão através das fronteiras

Entendo que a difusão através das fronteiras é a comunicação das ideias dos movimentos, das formas de organização ou dos desafios a alvos semelhantes de um centro de confronto para outro. Essa interação pode levar a movimentos fortes – mas não necessariamente a movimentos com um forte tecido conectivo em mais de uma sociedade. Como, através das fronteiras, a difusão não é controlada por tal tecido, ela deixa um grande espaço para as oportunidades e restrições domésticas afetarem o modo como os desafios serão transformados em seus novos cenários (ERNST, 1997). A difusão é um fenômeno transnacional e como tal é temporária e não arraigada nas redes sociais domésticas.

A difusão é talvez a forma mais antiga de política transnacional que conhecemos. Vimos isso pela primeira vez, na Reforma, quando os “santos” calvinistas, imigrantes puritanos e padres católicos exilados carregavam as ideias religiosas e as práticas contenciosas de um país para o outro. Ocorreu novamente na difusão das ideias das revoluções americana e francesa – embora os movimentos de soldados de Paris para o resto da Europa tenha sido um veículo importante para a difusão. Por volta do século XIX, os movimentos sociais foram menos dependentes da movimentação militar. Vimos no cap. 9 como formas particulares de ação coletiva, como a barricada e a demonstração de massa, foram adotadas virtualmente em todos os países que tiveram contato com as revoluções de 1848. Na segunda metade do século, os imigrantes da Europa Oriental e do Sul estavam organizando movimentos de trabalhadores no Novo Mundo, passando do Lower East Side, em Ma-

nhatan, para o Chile e a Argentina³². Entretanto, depois de estabelecidos, cada movimento nacional que entrou em sintonia com raízes nativas e encontrou estruturas locais de oportunidade, tornou-se independente dos outros.

A ação coletiva contemporânea dilunde-se mais rapidamente do que esses movimentos do século XIX e, neste processo, está associada à internacionalização da economia mundial e às comunicações de massa. Considerem as táticas que ligaram as várias "guerras da pesca" que se deslocaram da Baía de Biscay para os Grand Banks e para as indústrias norte-americanas de pesca de salmão no exterior. Em 1994, os pescadores espanhóis de atum aprenderam uma maneira francesa, acusando os pescadores ingleses e franceses de usarem redes ilegais para pegar mais do que sua cota do cardume de atum. Quando o governo francês reagiu, rebocando um dos navios da Espanha, os espanhóis bloquearam o porto de Hendaye. Foram necessárias negociações complicadas entre os três estados e uma decisão da União Europeia para resolver a disputa (TARROW, 1998a).

Seis meses depois, um grupo diferente de pescadores espanhóis virou notícia – desta vez, pescando nos Grand Banks, região que os pescadores canadenses pensavam ser sua por direito. A marinha canadense aprendeu uma maneira espanhola e rebocou-a para o porto de St. Johns, sendo alvo de zombaria e de tomates jogados pelos cidadãos do porto de pesca (TARROW, 1998a). O governo canadense resolveu a questão, mas só depois que a União Europeia interveio em favor dos espanhóis. Finalmente, em 1997, foram os marinheiros canadenses e americanos que entraram em conflito na costa do Pacífico, quando mais de cem barcos de salmão canadenses bloquearam uma balsa no porto Prince Rupert como retaliação devido a pesca de salmão canadense, pelos americanos, em águas internacionais (New York Times, 23/07/1997; Toronto Globe and Mail, 18/07/1997). Separados por seis mil milhas, questões similares deram origem a formas semelhantes de ação e levaram atores sociais e governos de cinco países a um confronto internacional.

A difusão das táticas das "guerras da pesca" foi resultado de simples emulação desconectada. Mas a difusão também pode ocorrer pelas mãos de agentes intencionados. A expansão do nacionalismo na Europa Central e Oriental depois de 1989 não foi, como Mark Beisinger indica, uma transferência automática de ideias de um país para outro, mas um conjunto de eventos que pretendiam atingir objetivos e que dependiam de oportunidades, interesses e ameaças, reais e antecipados, levados adiante por organizadores de movimentos, alguns deles no poder e outros que buscavam poder no vácuo criado pela queda do comunismo (1996).

32. Três estudos clássicos investigam a transferência da experiência do movimento operário europeu para o Novo Mundo: em relação aos Estados Unidos, ver *Immigration and Labor* (1969), de Isaac Hourwich. Em relação à influência dos imigrantes sobre o movimento operário argentino, ver *del Campo*, 1973. Sobre as origens imigrantes do movimento operário chileno, ver Ansell, 1972.

O nacionalismo da Europa Oriental estudado por Beisinger foi deflagrado por oportunidades internacionais, mas criaram movimentos *nacionais*. Os movimentos *transnacionais* podem ser resultado de difusão? O trabalho de Claire Ernst sobre o Act-Up francês sugere que sim. Ela relata como a imitação e contatos informais em Nova York levaram à criação de um ramo do Act-Up em Paris, lutando em defesa das vítimas da Aids lá (1997). Mas, depois de mostrar quão exatamente os ativistas franceses imitaram as táticas e os lemas de seus amigos em Nova York, Ernst examina como as especificidades da política francesa afetaram o resultado do movimento – em particular, a tradição republicana francesa, que exige integração em vez de diferença (p. 22-23).

A troca política transnacional

Entendo troca política transnacional como formas temporárias de cooperação entre atores essencialmente nacionais que identificam um interesse comum ou um conjunto de valores numa configuração política particular. Da mesma forma que a difusão transnacional, a troca política que ultrapassa fronteiras envolve geralmente atores de países diferentes com afinidades ideológicas que têm algo a ganhar do relacionamento e algo a oferecer para o outro. Ao contrário da difusão, os atores dos dois lados da troca têm uma existência estável em seus respectivos países antes do episódio que os uniu, mas sua interação é o produto de uma conjuntura particular nacional e internacional.

Não é preciso dizer que os termos "ganhos" e "perdas" não deveriam ser interpretados de maneira estreita e material. Por exemplo, nos anos 1980, algumas organizações ambientais do norte, parcialmente baseadas em contatos feitos através de antropólogos com experiência na área, formaram alianças com os representantes dos coletores brasileiros de borracha (KECK, 1995: 415-416). A questão inicial tinha sido sobre ganhos e perdas econômicas, devidos a frenética busca por terras no nordeste do Brasil no fim dos anos 1970. O núcleo do movimento ambiental, com base em Washington, D.C., vinculou a má situação dos coletores ao Projeto Polo-noroeste do Banco Mundial, em Rondônia, e fez o Congresso americano interessar-se pelo caso. Isso deu aos ativistas brasileiros um poder de influência sobre o governo brasileiro para criar reservas para as atividades dos coletores. Foi a combinação do sindicato trabalhista e a pressão da Igreja, em termos domésticos, com a pressão ambiental, em termos internacionais, que virou o jogo em favor das atividades dos coletores. Como Margaret Keck conclui, "os ambientalistas estrangeiros e os representantes do movimento dos coletores de borracha no Acre finalmente se encontraram e estabeleceram uma relação que preencheu necessidades importantes e deu recursos políticos significativos para todos eles" (1995: 415).

Esses arranjos não eram permanentes. Embora os grupos do norte envolvidos tivessem fortes convicções ideológicas em relação ao meio ambiente e aos direitos dos povos indígenas, as alianças foram organizadas em torno de uma questão espe-

cífica, e quando ela foi resolvida ou se tornou irrelevante, a campanha terminou. Dificilmente a troca política é mais estável do que a difusão da ação coletiva através de fronteiras nacionais, porque é baseada numa só questão e não se abriga numa organização permanente. No entanto, ela pode criar redes que sobrevivem após a resolução de uma questão específica.

Redes transnacionais de ativismo

Isso nos conduz às centenas de associações não-governamentais que ligam os cidadãos em todo o mundo através de redes ambientalistas, pelos direitos humanos, pelas mulheres, pela paz e pelos povos indígenas. Elas se qualificam para serem incluídas no conceito de "movimentos sociais transnacionais"? Minha resposta é que, embora essas redes sejam o setor da política transnacional que cresce mais rapidamente na atualidade, assimilá-las aos movimentos sociais não aumenta nosso entendimento. Parece mais correto classificá-las, como fizeram Margaret Keck e Kathryn Sikkink, como partes de "redes transnacionais de ativismo". Citando estas duas autoras, "uma rede transnacional de ativismo inclui aqueles atores relevantes que trabalham internacionalmente por uma questão, que estão ligados por valores compartilhados, por um discurso comum e por densas trocas de informações e serviços" (1998a: 2). Essas redes, elas continuam, "são mais predominantes em áreas temáticas caracterizadas por conteúdos de alto valor e por incerteza de informações" (p. 2). Elas envolvem atores de organizações não-governamentais, governamentais e intergovernamentais, e estão cada vez mais presentes em tais áreas, como as dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e do meio ambiente (cf. tb. KECK & SIKKINK, 1998b).

Como essas redes diferem dos movimentos sociais e por que são frequentemente confundidas com eles? Parte da confusão resulta de dois usos diferentes do termo "rede": estruturas conectivas e redes sociais que são as unidades básicas da formação dos movimentos sociais e alguns outros tipos de confronto. Como sugerido no cap. 8, as redes de ativismo são estruturas conectivas que ultrapassam as fronteiras nacionais, enquanto que as redes sociais são as bases para o confronto político no interior de sociedades domésticas. Enquanto alguns estudiosos estão começando a acreditar que as comunicações eletrônicas estão produzindo grupos com recursos para formar redes sociais em amplas áreas (WELLMAN & GULLIA, 1998), há uma clara diferença entre o conceito de Keck e Sikkink de redes de *ativismo* e as redes *sociais* interpessoais que os pesquisadores de movimentos sociais detectaram na base dos movimentos sociais domésticos³³.

33. Creio que isso é assim, ainda que Keck e Sikkink derivem sua definição do termo *network* do trabalho de J. Clyde Mitchell, que estava escrevendo sobre redes domésticas (1973: 23). Para ver uma excelente adaptação da análise de redes sociais ao estudo de movimentos sociais, consultar *Green Networks*, de Mario Diani, e seu texto de 1997: "Social Movements and Social Capital: a Network Perspective on Social Movement Outcomes".

As redes de ativismo de Keck e Sikkink são basicamente comunicativas em conteúdo; pode-se distingui-las principalmente pela centralidade das ideias ou valores baseados em princípios na motivação de sua formação; e, no centro do relacionamento [entre seus membros], está a troca de informações. "Elas mobilizam estrategicamente a informação para ganhar poder sobre organizações e governos muito mais poderosos" (KECK & SIKKINK, 1995: 1). Além disso, elas se beneficiam do suporte financeiro de agências internacionais e de governos do Hemisfério Norte interessados nas normas que elas tentam promover (RISSÉ & SIKKINK, 1997).

Faltam às redes de ativismo as bases categoriais, as relações interpessoais sustentadas e a exposição às oportunidades e restrições que os estudiosos dos movimentos sociais encontraram nas redes sociais domésticas. No entanto, trabalha em favor delas o enorme aumento na densidade da comunicação transnacional e no envolvimento dos governos do norte, fundações e grupos de interesse público em questões relativas à igualdade, direitos humanos e meio ambiente em outras partes do mundo. "Importar-se com os problemas dos outros" está se tornando atualmente um estímulo importante para a mudança social e política.

A formação de redes em favor da mudança

As redes de ativismo transnacionais são, então, sem importância em comparação com o que sabemos sobre os movimentos sociais transnacionais? Certamente, devido a sua frequente dependência dos recursos de fundações e do apoio de governos do Hemisfério Norte, falta-lhes o drama, a contenciosidade deliberada e os objetivos amplos de movimentos transnacionais como o Greenpeace, os movimentos pela paz dos anos 1980 e o fundamentalismo islâmico. Mas, embora as redes de ativismo transnacionais sejam analiticamente distintas dos movimentos sociais, elas são uma força poderosa pela mudança no mundo de hoje e isso se deve no mínimo a três razões. Primeiro, muitas delas são, *biográfica e tematicamente*, vedoras de movimentos sociais. Segundo, dadas as condições subdemocráticas ou semiautoritárias em muitas partes do mundo atual, elas fornecem a segunda melhor alternativa, e mais segura, em relação aos movimentos sociais, para milhões de pessoas. Terceiro, seu papel mais importante pode ser o de fornecer um mecanismo para a difusão de quadros interpretativos de ação coletiva para atores domésticos com poucos recursos, o que pode ajudá-los a construir seus próprios movimentos sociais. Cada um desses argumentos poderia ser muito mais elaborado e sustentado com numerosos exemplos. Mas visto que Margaret Keck e Kathryn Sikkink fizeram exatamente isso em seu recente livro *Ativistas além das fronteiras* (1998a), podemos nos contentar com breves resumos dos seus argumentos*.

* Sou grato às professoras Keck e Sikkink por me deixarem consultar seu livro antes que fosse publicado, assim como pelos comentários de Keck sobre este capítulo (e várias de suas versões anteriores), que trata de um assunto que conheço muito melhor do que eu.

Os movimentos como fontes de recrutamento das redes

Nos campos dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e da ecologia, as redes de ativismo transnacionais não se parecem com os movimentos sociais, mas recrutam apoiadores cuja experiência doméstica em movimentos lhes dá habilidades e modelos de ativismo. Esses movimentos ativistas podem se unir a redes transnacionais através de contatos casuais com ativistas, como eles, de outros países; através de sua experiência com as fundações ocidentais ou organizações internacionais; e, em parte, porque, à medida em que envelhecem, sua disposição de se engajar em ações vigorosas e possivelmente perigosas nos movimentos dá lugar a um desejo de atividades mais rotineiras.

Essa área de ativismo envolve as conferências internacionais, a partir de meados dos anos 1970, que foram realizadas periodicamente para as mulheres ativistas sob os auspícios das Nações Unidas. Elas proporcionam um local onde são feitos contatos pessoais e com fundações, se trocam ideias e experiências e onde os ativistas podem ser convidados a ir para países estrangeiros. Embora continuem a se considerar como ativistas de movimentos, muitos se tornam cada vez mais envolvidos nessas redes transnacionais e, apesar de perder às vezes os seus contatos com as bases populares, trazem muitos recursos necessários para os lugares em que podem ser mais úteis.

Na Europa Ocidental, um processo semelhante de trocas e de obtenção de fundos transnacionais acompanhou a criação de uma rede ambientalista europeia, com o incentivo do Environmental Directorate of the European Union. O estudo de Russell Dalton sobre esta "rede verde" demonstra claramente como as redes de relacionamento se tornaram importantes para muitos de seus membros, ao nível europeu, através de sua adesão à European Environmental Agency transnacional (1994). No entanto, essas fontes de apoio e de redes de relacionamento também têm uma implicação negativa: como tendem a atrair grupos ambientalistas mais moderados, elas podem aprofundar a divisão entre eles e o movimento ecológico mais radical, esticando muito os vínculos das "redes verdes" que dão poder aos ativistas na política doméstica.

O mesmo perigo aparece no movimento das mulheres nos países do Terceiro Mundo. Ele parece estar cada vez mais dividido entre ex-militantes (em grande parte urbanos e cultos) ligados a redes transnacionais através de seus laços com as fundações, governos e organizações do tipo "grande irmã" do Hemisfério Norte, de um lado, e ativistas populares, lutando *in loco* contra a exploração, abuso e desigualdade legal da mulher, de outro. Sem fortes estruturas conectivas domésticas, o movimento das mulheres no Hemisfério Sul arrisca-se a uma divisão muito semelhante à lacuna que existe entre o seu setor de exportação, internacionalmente orientado, e suas economias domésticas.

Bloqueios domésticos e oportunidades transnacionais

As "redes de ativismo", escrevem Keck e Sikkink, "têm sido mais visíveis em situações onde o acesso doméstico para fazer reivindicações está bloqueado, ou onde são politicamente muito fracos para que suas vozes sejam ouvidas" (1998b). Nesses casos, os locais internacionais ou estrangeiros podem ser os únicos onde suas reivindicações serão apresentadas de forma legítima e segura. Ao mudar de local, os ativistas tentam envolver atores novos e mais solidários à sua causa, esperando dessa forma mudar o equilíbrio de poder doméstico, que estava contra eles, em seu favor. É isso que Keck e Sikkink chamam de "ejeito bumerangue" (1998a: 12-13): "tentar produzi-lo é uma das estratégias mais comuns das redes de ativismo".

Keck e Sikkink usam as atividades das redes pelos direitos humanos e aquelas pelos direitos indígenas na América Latina para ilustrar a estratégia de buscar lugares que sejam receptivos às reivindicações que estão apresentando [*venue shopping*] (1998a: 18). Elas afirmam que, embora estruturas domésticas estáveis ajudem a determinar o resultado da política transnacional (RISSE & SCHMITZ, 1995), elas não explicam tudo. Tal como os movimentos domésticos que encontramos em muitas partes deste livro, participantes de redes transnacionais, mais frequentemente... espertam o tempo todo em busca de aspectos puramente conjunturais — e algumas vezes até acidentais — de oportunidades políticas.

As redes de ativismo como fontes de movimentos domésticos

A imagem de uma sociedade civil global tem absorvido tanto a atenção dos estudiosos do confronto transnacional que uma implicação crucial do ativismo transnacional é muitas vezes esquecida — a socialização de novos movimentos no interior dos estados nacionais (McADAM, 1998; RISSE & SIKKINK, 1997). Vimos no cap. 7 como a construção de novos quadros interpretativos de ação coletiva é uma parte essencial do trabalho dos movimentos. Neste sentido, as redes de ativismo transnacional se assemelham aos movimentos em suas tentativas de introduzir novas questões na agenda e torná-las conscentes aos entendimentos culturais nativos (KECK & SIKKINK, 1998b). Contudo, isso implica num problema: "ao contrário dos movimentos domésticos", observam Keck e Sikkink, "partes diferentes das redes de ativismo precisam agrandar a sistemas de crença, mundos-da-vida e histórias, mitos e contos folclóricos em muitos países e culturas diferentes".

Dai resultam dois perigos: primeiro, buscar denominadores comuns transnacionais que estejam em sintonia, em algum nível, com as muitas culturas e tradições; segundo, acompanhar uma variedade de questões próprias de lugares específicos pode produzir divergências ideológicas dentro da mesma rede transnacional à medida que os ativistas se adaptam às "suas" culturas.

Um bom exemplo do primeiro caso é a tentativa de reproduzir o sucesso de movimentos como o dos coletores brasileiros de borraça em lugares como Sarawak, onde não prevalecem as mesmas condições. "Embora as histórias que fazem

os problemas sociais repercutirem na vida de pessoas distantes da situação a que se referem tenham vida própria”, escreve Margaret Keck, os coletores do nordeste do Brasil tinham uma forte tradição de organização do trabalho, o apoio da igreja local e das organizações trabalhistas, e a oportunidade política particular de um governo democratizante (KECK, 1995: 420-421).

Por outro lado, não tendo organizações ou temas abrangentes, as redes transnacionais podem se dividir segundo linhas ideológicas ou políticas. Este foi claramente o caso dos movimentos pela paz dos anos 1980 na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, os primeiros exigindo o completo desarmamento nuclear e os últimos nada mais que uma “paralisação do programa nuclear” (MEYER, 1990). Não é de admirar que as organizações de movimentos transnacionais como o Greenpeace mantenham um controle rígido sobre os tipos de questões em que seus militantes se envolvem.

Em resumo, os efeitos do ativismo transnacional na política doméstica podem ser sua função mais importante. As redes de ativismo transnacional podem ajudar os atores com poucos recursos a construir novos movimentos domésticos a partir de combinações de materiais nativos e importados. Podem também ajudar a eriar “aspectos comuns imaginados” que dão a ativistas – que de outra forma estariam isolados – a impressão de que são parte de movimentos maiores e mais cosmopolitas.

Os céticos podem salientar que a criação desses aspectos imaginados não é novidade. Afinal, o que mais Marx e Engels quiseram dizer com a frase “operários do mundo, uni-vos”? Não há dúvida que milhares de militantes da classe trabalhadora lutaram por um objetivo imaginário porque estavam convencidos de que centenas de milhares como eles estavam trabalhando pelo mesmo objetivo em todo o mundo. O que parece ser qualitativamente novo é que, ao contrário do movimento da classe trabalhadora internacional do passado, as redes de ativismo transnacionais não são teleologicamente bloqueadas num movimento social fixo; sua mobilidade geográfica, modelos organizacionais frouxos e o acesso às comunicações as capacitam a mover suas campanhas e recursos para locais onde tenham mais chance de sucesso; e podem recorrer a elementos do enquadramento cultural comum que a globalização e a revolução nas comunicações levaram a muitas partes do mundo.

Se esta hipótese está correta, em vez de focalizar uma abstração da sociedade civil global e considerar cada incidente de ativismo transnacional como evidência de sua chegada, aprenderemos mais vendo as redes de ativismo transnacionais como atores externos que fornecem recursos e oportunidades para movimentos domésticos em formação. Esses movimentos podem identificar-se ideologicamente – e financeiramente – com seus colaboradores transnacionais; mas, a não ser que nos detenhamos empiricamente sobre o que acontece nas lutas políticas nacionais, podemos perder o real significado do confronto transnacional.

Quando Doug Imig e o autor, por exemplo, começaram a investigar as ações coletivas que cercavam as decisões da União Europeia, nossa suposição era que uma nítida linha divisória separaria os confrontos nacionais dos transnacionais, com os últimos assumindo as formas de movimentos que vão além das fronteiras ilustradas no conflito que introduziu este capítulo (1996). No entanto, mesmo um breve exame de um grande número de casos de ações coletivas europeias mostrou que os atores sociais prejudicados pelas decisões da União Europeia são mais propensos a se voltar para as instituições com as quais têm mais familiaridade – e que implementam aquelas decisões – seus próprios estados nacionais. Os europeus podem estar europeizando o *interior* das estruturas de conflitos domésticos em vez de transnacionalizarem o confronto.

Há uma dinâmica transnacional?

A próxima tarefa de pesquisa para delinear o progresso e o processo do confronto transnacional é examinar melhor os tipos de conexão que estão se desenvolvendo através das fronteiras nacionais. Elas são cumulativas e dinâmicas ou distintas e diferenciadoras? Constroem novas realidades mais duráveis ao nível transnacional ou doméstico?

Inicialmente, considere a expansão das campanhas pelos direitos indígenas na América Latina e em outros lugares por volta da década passada. Com a ajuda das redes de ativismo e recorrendo ao ativismo ecológico, a emergência de organizações indígenas no Equador, Bolívia, Colômbia, Guatemala e México, mais ou menos na mesma época, pode estar relacionada a um momento político particular – o que Deborah Yashar chama de “o duplo surgimento de democracias delegativas e de reformas neoliberais” (1996: 87). Se Yashar está certa, então a ocorrência concomitante de movimentos pelos direitos indígenas em tantos países não se deve a nada tão grandioso ou mundialmente sistêmico como a “globalização” e pode cessar com a próxima fase da luta política latino-americana.

A seguir, considere a expansão do conjunto de redes de mensagens eletrônicas que cruzam o mundo atualmente e que excitam os que têm fácil acesso a computadores. Elas têm a capacidade óbvia de reduzir os custos de transação e transmitir informações além das fronteiras nacionais, como se pôde ver quando difundiram as notícias sobre a dramática rebelião de Chiapas, no México, para o mundo todo. Elas põem em contacto os que têm acesso a computadores com outros como eles próprios de modo rápido e com um sentido de participação que falta em formas menos pessoais de comunicação (BOB, 1997). Mas esses contatos prometem a mesma cristalização da confiança coletiva como, digamos, a experiência vivida na construção de barricadas nos bairros de Paris, estudados por Roger Gould (1995) ou Mark Traugott? (1995). Ou a criação de identidades coletivas interorganizacionais tecidas a partir das campanhas da coalizão de organizações ambientalistas italianas estudadas por Mario Diani? (1995). Como qualquer um que tenha pegado o

vírus da internet pode atestar, o ativismo virtual pode servir como um *substituto* – e não como um incentivo – ao ativismo no mundo real.

Por outro lado, as tendências que alguns consideraram estar criando um mundo de movimentos transnacionais estão apenas em sua infância e podem ser cumulativas. Como no passado, algumas formas de trocas transnacionais e de difusão podem, no fim, produzir verdadeiros movimentos transnacionais, mas – o que era mais verdadeiro no passado – esses processos podem gerar também movimentos nacionais separados ou dissipá-los, diante da indiferença ou da repressão. Assim, não termino este capítulo com uma conclusão, mas com cinco questões que precisaremos enfrentar sobre a dinâmica do confronto transnacional.

Primeiro, a nova tecnologia das comunicações globais está mudando as formas da difusão dos desafios coletivos ou apenas a velocidade de sua transmissão? Antes de concluir que o mundo está entrando numa era sem precedentes de movimentos globais, precisamos acompanhar algumas das recentes campanhas que foram ajudadas pela comunicação eletrônica para descobrir se ela aumenta o poder do movimento ou simplesmente muda a maneira de enquadrar sua mensagem.

Segundo, os movimentos sociais integrados podem se entender sobre contornos sem que haja uma comunidade interpessoal integrada nas duas pontas da cadeia transnacional? E, para questionar uma alegação ainda mais forte, podem essas comunidades transnacionais serem *criadas* com recursos do exterior? Aqueles que estão convencidos da tese forte precisarão mostrar que redes cibernéticas impessoais ou viagens aéreas baratas não apenas estimulam novos movimentos nacionais como podem também manter o laço transnacional como parte de suas estruturas conectivas subjacentes. Uma evidência como a de Margaret Keck sobre o movimento dos coletores de borracha salienta as vantagens da organização e das oportunidades precedentes à sua aliança com ativistas transnacionais (1995:420).

Terceiro, as novas formas de trocas transnacionais levarão a formas benevolentes de “poder do povo”, como parecem pensar escritores como O’Neil? (1993, cap. 4). Ou conduzirão às formas violentas que Anderson e outros constataram no potencial do “nacionalismo a longa distância”? (1992). O movimento global mais poderoso do início dos anos 1990 não foi feito por ambientalistas ocidentais ou ativistas pelos direitos humanos ligados de forma humanitária aos movimentos dos povos indígenas, mas por fundamentalistas islâmicos radicais que degolaram cantores de músicas folclóricas e bateram nas mulheres que usaram andar sem véu.

Quarto, há um movimento cumulativo que se desloca das duas formas temporárias de política transnacional aqui esboçadas – difusão e troca política – para as duas mais fortes, e particularmente na direção de movimentos verdadeiramente transnacionais? Embora possa parecer lógico que as redes de ativismo transnacional se transformarão em movimentos transnacionais unificados, elas são realmente vistas como alternativas para muitos ativistas que saíram do mundo arriscado dos movimentos domésticos e as consideram como uma alternativa em relação à mobilização.

Finalmente, o que se pode dizer sobre o papel do Estado em tudo isso? Os estados modernos se desenvolveram num diálogo estratégico com os movimentos sociais, dando a eles a autonomia e a liberdade de se organizarem quando tinham que fazê-lo e reclamando este território quando esses movimentos esmaeciam ou se tornavam muito perigosos. Por que os estados seriam hoje mais inativos frente à difusão transnacional, às trocas, às redes de ativismo ou até mesmo aos movimentos sociais do que foram contra os movimentos domésticos no fim do século XIX ou no início do XX?

Atualmente, em termos transnacionais, alguns estados desempenham um papel que raramente foi possível no passado: intervir pacífica e publicamente em favor de movimentos domésticos ou grupos em outros países cujas reivindicações são a eles apresentadas por grupos em seus próprios países. Por razões compreensíveis, os grupos transnacionais reclamam o crédito por tais intervenções – e frequentemente têm um papel-chave na propagação das reivindicações de seus aliados para os governos de outros países. Tentar entender esta relação sem referência ao poder do Estado é, a seu modo, tão decepcionante quanto tentar entender a política internacional como um mundo composto apenas por estados.

Muitos estados estão desenvolvendo estratégias transnacionais e criando organizações responsáveis por seus interesses. Os estados encorajam alguns movimentos – como o movimento ambiental europeu – a levar suas reivindicações para instituições transnacionais como a União Europeia, embora as impeça de negociar com outros, como no caso do menos bem-vindo movimento antinuclear. Na metade do século XIX, estados como a Áustria, Rússia e Inglaterra intervieram com canhões e baionetas nos episódios de confronto; no fim do século XX, os estados fazem mais do que guerras, fazem organizações e instituições transnacionais para combater e pacificar os movimentos sociais. Se é assim, tanto o Estado nacional como o movimento social nacional estarão conosco ainda por um longo tempo.